



Esta 1.ª série do *Diário da República* é constituída pelas partes A e B

DIÁRIO DA REPÚBLICA

SUMÁRIO

Presidência do Conselho de Ministros e Ministério das Finanças

Despacho Normativo n.º 143/93:

Cria no quadro de pessoal da ex-Direcção-Geral da Comunicação Social um lugar de assessor da carreira técnica superior, a extinguir quando vagar 3768

Ministérios das Finanças e da Agricultura

Portaria n.º 653/93:

Cria no quadro de pessoal da ex-Junta Nacional dos Produtos Pecuários um lugar de assessor na carreira de médico veterinário, a extinguir quando vagar 3768

Região Autónoma da Madeira

Governo Regional

Decreto Regulamentar Regional n.º 22/93/M:

Aprova a orgânica do Gabinete do Secretário Regional de Agricultura, Florestas e Pescas 3768

Nota. — Foi publicado um suplemento ao *Diário da República*, n.º 98, de 27 de Abril de 1993, inserindo o seguinte:

Ministério da Agricultura

Despacho Normativo n.º 56-A/93:

Estabelece as normas de aplicação a Portugal do Regulamento (CEE) n.º 1765/92, de 30 de Junho, quanto à definição das áreas para produção de trigo-duro 2092-(2)

Nota. — Foi publicado um suplemento ao *Diário da República*, n.º 101, de 30 de Abril de 1993, inserindo o seguinte:

Ministério da Agricultura

Despacho Normativo n.º 64-A/93:

Estabelece transitoriamente as regras para o pagamento da ajuda financeira aos produtores de leite de vaca 2218-(2)

Nota. — Foi publicado um 2.º suplemento ao *Diário da República*, n.º 62, de 15 de Março de 1993, inserindo o seguinte:

Ministério do Comércio e Turismo

Despacho Normativo n.º 35-B/93:

Proíbe a importação de salmão da espécie *Salmo salar* vivos ou abatidos, não eviscerados, originários da Noruega 1210-(14)

Nota. — Foi publicado um suplemento ao *Diário da República*, n.º 112, de 14 de Maio de 1993, inserindo o seguinte:

Presidência do Conselho de Ministros

Resolução do Conselho de Ministros n.º 37-A/93:

Autoriza a contracção de empréstimos externos amortizáveis 2566-(2)

PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS E MINISTÉRIO DAS FINANÇAS

Despacho Normativo n.º 143/93

Considerando que o Decreto-Lei n.º 48/92, de 7 de Abril, determinou a extinção da Direcção-Geral da Comunicação Social;

Considerando que à data da extinção cessou a comissão que vinha a desempenhar como chefe da Divisão de Apoio à Comunicação Social o técnico superior principal do quadro de pessoal da mencionada Direcção-Geral bacharel Luís António Saial dos Santos Ferro;

Considerando o disposto na alínea *a*) do n.º 2 e dos n.ºs 4 e 5 do artigo 18.º do Decreto-Lei n.º 323/89, de 26 de Setembro:

Determina-se o seguinte:

1 — É criado no quadro de pessoal da ex-Direcção-Geral da Comunicação Social, constante do mapa anexo ao Decreto Regulamentar n.º 24-A/91, de 2 de Maio, e a que se refere o respectivo artigo 8.º, um lugar de assessor da carreira técnica superior, a extinguir quando vagar.

2 — A criação do lugar referido no número anterior produz efeitos desde 13 de Abril de 1992.

Presidência do Conselho de Ministros e Ministério das Finanças, 28 de Maio de 1993. — Pelo Primeiro-Ministro, *Paulo Jorge de Assunção Rodrigues Teixeira Pinto*, Secretário de Estado da Presidência do Conselho de Ministros. — Pelo Ministro das Finanças, *Maria Manuela Dias Ferreira Leite*, Secretária de Estado Adjunta e do Orçamento.

MINISTÉRIOS DAS FINANÇAS E DA AGRICULTURA

Portaria n.º 653/93

de 8 de Julho

Atendendo ao disposto nos n.ºs 1, 2 e 5 do artigo 25.º do Decreto-Lei n.º 323/89, de 26 de Setembro;

Tendo em conta que o Dr. Francisco Manuel da Silva Pereira, à data da entrada em vigor do Decreto-Lei n.º 191-F/79, de 26 de Junho, se encontrava na situação prevista na alínea *b*) do n.º 3 do seu artigo 12.º;

Considerando que, face ao estabelecido no n.º 5 da referida disposição legal, foi garantido ao citado funcionário, por despacho de 7 de Janeiro de 1983 do Secretário de Estado Adjunto do Ministro da Agricultura, Comércio e Pescas, um lugar de assessor, a criar na data da cessação da comissão de serviço que vinha exercendo;

Dado que a cessação da comissão de serviço teve lugar em 30 de Maio de 1990:

Manda o Governo, pelos Ministros das Finanças e da Agricultura, ao abrigo do disposto no n.º 2 do artigo 25.º do Decreto-Lei n.º 323/89, de 26 de Setembro, que seja criado no quadro de pessoal da ex-Junta Nacional dos Produtos Pecuários, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 5, de 7 de Janeiro de

1983, um lugar de assessor na carreira de médico veterinário, a extinguir quando vagar.

Ministérios das Finanças e da Agricultura.

Assinada em 14 de Junho de 1993.

Pelo Ministro das Finanças, *Maria Manuela Dias Ferreira Leite*, Secretária de Estado Adjunta e do Orçamento. — Pelo Ministro da Agricultura, *Luís António Damásio Capoulas*, Secretário de Estado dos Mercados Agrícolas e Qualidade Alimentar.

REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA

GOVERNO REGIONAL

Decreto Regulamentar Regional n.º 22/93/M

Aprova a orgânica do Gabinete do Secretário Regional de Agricultura, Florestas e Pescas

O presente diploma visa dotar com uma estrutura orgânica racional, funcional e eficaz o Gabinete do Secretário Regional de Agricultura, Florestas e Pescas, no quadro de uma filosofia de gestão de recursos materiais e humanos que vem, aliás, presidindo à reestruturação orgânica, em realização, dos demais departamentos, organismos e serviços da mesma.

Assim, e nestes termos:

O Governo Regional da Madeira decreta, ao abrigo da alínea *d*) do artigo 229.º da Constituição, da alínea *c*) do artigo 49.º da Lei n.º 13/91, de 5 de Junho, do n.º 1 do artigo 13.º do Decreto Legislativo Regional n.º 26/92/M, de 11 de Novembro, e do n.º 3 do artigo 4.º do Decreto Regulamentar Regional n.º 1/93/M, de 7 de Janeiro, o seguinte:

CAPÍTULO I

Natureza e atribuições

Artigo 1.º

Natureza

O Gabinete do Secretário Regional de Agricultura, Florestas e Pescas, designado no presente diploma abreviadamente por Gabinete, é o organismo a que se refere a alínea *a*) do n.º 1 do artigo 4.º do Decreto Regulamentar Regional n.º 1/93/M, de 7 de Janeiro, cujas atribuições, orgânica, funcionamento e pessoal constam das disposições seguintes.

Artigo 2.º

Atribuições

1 — São atribuições do Gabinete:

- a*) Preparar e coordenar todos os assuntos que devem ser submetidos a despacho do Secretário Regional;
- b*) Emitir os pareceres necessários às tomadas de decisão;

- c) Elaborar o plano e o orçamento da Secretaria Regional de Agricultura, Florestas e Pescas (SRA);
- d) Executar o orçamento da SRA;
- e) Apoiar técnica e juridicamente os organismos e serviços da SRA;
- f) Assegurar as ligações entre os vários serviços e organismos da SRA e entre estes e o exterior;
- g) Organizar e manter permanentemente actualizados arquivos, ficheiros, estatísticas e informações com interesse para a prossecução dos objectivos da SRA;
- h) Coordenar a gestão do pessoal dos organismos e serviços da SRA.

2 — Para além das enunciadas no número anterior, o Secretário Regional poderá cometer ao Gabinete outras atribuições sempre que as circunstâncias o justifiquem.

CAPÍTULO II

Órgãos, serviços e suas competências

SECÇÃO I

Composição e estrutura

Artigo 3.º

Composição

1 — O Gabinete compreende um chefe de gabinete, um adjunto e dois secretários particulares.

2 — Integram ainda o Gabinete os conselheiros técnicos, nomeados pelo Secretário Regional para assuntos interdepartamentais, nos termos da legislação em vigor.

3 — Os conselheiros técnicos a que se reporta o número anterior são, para todos os efeitos, equiparados a adjuntos.

4 — Para a realização de estudos, trabalhos ou missões de carácter eventual ou extraordinário pode o Secretário Regional, por despacho, designar indivíduos de reconhecida competência, que não integram, contudo, o quadro do Gabinete.

Artigo 4.º

O Gabinete compreende os seguintes serviços de apoio:

- a) Direcção de Serviços Administrativos e Financeiros (DSAF);
- b) Gabinete de Estudos, Planeamento e Estatística (GEPE);
- c) Centro de Informação e Documentação (CID);
- d) Serviço de Apoio Jurídico (SAJ).

SECÇÃO II

Da competência dos membros do Gabinete

Artigo 5.º

Do chefe do Gabinete

1 — Ao chefe do Gabinete compete, genericamente, dirigir e coordenar a actuação do Gabinete, assegu-

rando a ligação aos serviços nele integrados e dele dependentes.

2 — Compete, designadamente, ao chefe do Gabinete:

- a) Representar o Secretário Regional, excepto em actos de carácter pessoal;
- b) Garantir o funcionamento harmonioso e concertado de todos os órgãos e serviços que integram o Gabinete;
- c) Assegurar o expediente do Gabinete;
- d) Exercer as demais funções que lhe forem cometidas ou delegadas pelo Secretário Regional.

3 — O chefe do Gabinete é substituído nas suas faltas, ausências e impedimentos pelo adjunto do Gabinete.

Artigo 6.º

Do adjunto do Gabinete

Compete ao adjunto do Gabinete prestar ao Secretário Regional todo o apoio técnico que por este lhe for determinado.

Artigo 7.º

Dos secretários pessoais

Compete aos secretários pessoais do Gabinete prestar ao Secretário Regional o apoio administrativo que por este lhes for determinado.

Artigo 8.º

Dos conselheiros técnicos

Aos conselheiros técnicos do Gabinete, nomeados nos termos do n.º 2 do artigo 3.º, compete apoiar tecnicamente o Secretário Regional, nas matérias por este definidas, nos termos da legislação em vigor.

SECÇÃO III

Dos serviços de apoio

SUBSECÇÃO I

Direcção de Serviços Administrativos e Financeiros (DSAF)

Artigo 9.º

Natureza

A DSAF é o serviço ao qual compete prestar apoio administrativo, financeiro e logístico ao Gabinete e a todos os organismos e serviços que, no âmbito da SRA, dele careçam.

Artigo 10.º

Atribuições

São atribuições da DSAF:

- a) Assegurar a execução do expediente, registo e arquivo gerais do Gabinete;
- b) Elaborar o orçamento da SRA e respectivas alterações;

- c) Assegurar o apetrechamento dos órgãos e serviços do Gabinete, efectuando as aquisições necessárias para o seu regular funcionamento e mantendo actualizado o respectivo cadastro patrimonial;
- d) Prestar apoio administrativo a toda a estrutura do Gabinete e, quando necessário, a outros organismos e serviços dependentes da SRA;
- e) Assegurar o serviço de recrutamento, movimentação e cadastro do pessoal do Gabinete, instruindo os respectivos processos individuais, bem como todo o expediente inerente à concessão dos benefícios médico-sociais garantidos aos funcionários e agentes e seus familiares;
- f) Zelar pela segurança e conservação do Gabinete;
- g) Assegurar a gestão das viaturas ao serviço do Gabinete, com vista a uma utilização racional das mesmas;
- h) Assegurar a eficiência das redes de comunicação interna e externa do Gabinete;
- i) Emitir certidões de documentos existentes no arquivo do Gabinete;
- j) Organizar e manter actualizado todo o processo contabilístico do Gabinete;
- l) Garantir, de uma forma geral, o eficaz funcionamento do Gabinete em tudo o que não seja das atribuições específicas dos restantes órgãos e serviços que o integram.

Artigo 11.º

Órgãos, serviços e competências

1 — São órgãos da DSAF:

O director de serviços, ao qual compete, genericamente, superintender à acção de todos os serviços de si dependentes, submetendo a despacho do Secretário Regional os assuntos que careçam de apreciação ou decisão superior.

2 — São serviços da DSAF:

- 1) A Repartição de Expediente e Arquivo, que compreende as seguintes secções:
 - a) Secção de Assuntos Gerais;
 - b) Secção de Expediente;
 - c) Secção de Registo e Arquivo.
- 2) A Repartição de Pessoal e Contabilidade, que compreende as seguintes secções:
 - a) Secção de Pessoal;
 - b) Secção de Contabilidade e Património.

SUBSECÇÃO II

Gabinete de Estudos, Planeamento e Estatística (GEPE)

Artigo 12.º

Natureza e estrutura

1 — O GEPE é o serviço de apoio técnico ao Gabinete, dirigido por um chefe de divisão, no âmbito do planeamento, estatística e estudos, em vista à prossecução das atribuições da SRA.

2 — O GEPE compreende um núcleo de apoio administrativo chefiado por um chefe de secção.

Artigo 13.º

Atribuições

1 — São atribuições do GEPE:

- a) Elaborar e coordenar planos e relatórios de actividades, bem como programas de acção, de acordo com as instruções do Secretário Regional;
- b) Colaborar na elaboração do orçamento anual da SRA;
- c) Elaborar os estudos e pareceres solicitados pela DSAF no âmbito do planeamento e da gestão financeira e patrimonial;
- d) Apoiar a DSAF em matérias relacionadas com a execução do orçamento do Gabinete;
- e) Colaborar na gestão do pessoal dos organismos e serviços da SRA, por determinação do Secretário Regional ou solicitação da DSAF;
- f) Elaborar os estudos e pareceres que lhe forem determinados pelo Secretário Regional.

2 — O GEPE contará, para o integral cumprimento das suas funções, com a colaboração e o apoio de todos os organismos e serviços da SRA.

SUBSECÇÃO III

Centro de Informação e Documentação (CID)

Artigo 14.º

Natureza

O CID é o serviço de apoio ao Gabinete, chefiado por um chefe de repartição, com atribuições no âmbito da recolha e tratamento de documentação relativa às actividades desenvolvidas pela SRA.

Artigo 15.º

Atribuições

São atribuições do CID:

- a) Recolher e proceder à análise e difusão de informação;
- b) Organizar e manter em funcionamento a biblioteca do Gabinete;
- c) Assegurar a existência de ficheiros completos e actualizados de legislação, doutrina e jurisprudência;
- d) Elaborar o boletim bibliográfico do Gabinete;
- e) Propor a aquisição de livros, revistas e outras publicações com interesse para as actividades da SRA;
- f) Zelar pela conservação e segurança das publicações e demais meios de recolha e tratamento da informação à sua guarda.

SUBSECÇÃO IV

Serviço de Apoio Jurídico (SAJ)

Artigo 16.º

Natureza

O SAJ é o serviço de consulta e apoio jurídico para o Gabinete.

Artigo 17.º

Atribuições

São atribuições do SAJ:

- a) Elaborar e colaborar na feitura de diplomas legislativos;
- b) Acompanhar tecnicamente todos os assuntos jurídicos do Gabinete;
- c) Elaborar estudos e emitir pareceres jurídicos;
- d) Informar e apoiar tecnicamente o Gabinete relativamente a processos judiciais em que a SRA seja parte;
- e) Acompanhar tecnicamente processos de inquérito, de sindicância e disciplinares;
- f) Propor a adaptação à Região dos diplomas legislativos nacionais cujo âmbito e objecto de aplicação respeite à área de actuação da SRA, nos termos da lei.

Artigo 18.º

Estrutura e competências

Integram o SAJ consultores jurídicos com funções de exclusiva consultadoria jurídica.

CAPÍTULO III

Do pessoal

Artigo 19.º

Quadro, ingresso e acesso

1 — O quadro de pessoal do Gabinete é o constante do anexo único ao presente diploma.

2 — O pessoal do Gabinete encontra-se agrupado de acordo com a seguinte classificação:

- a) Pessoal dirigente;
- b) Pessoal técnico superior;
- c) Pessoal técnico;
- d) Pessoal técnico-profissional;
- e) Pessoal administrativo;
- f) Pessoal operário;
- g) Pessoal auxiliar.

3 — As condições e regras de ingresso e acesso dos funcionários do Gabinete nas respectivas carreiras regem-se, para além do disposto no presente diploma, e sem prejuízo de legislação especial, pelo regime previsto no Decreto-Lei n.º 248/85, de 15 de Julho, modificado pelo Decreto-Lei n.º 2/93, de 8 de Janeiro, aplicado à Região Autónoma da Madeira pelo Decreto Legislativo Regional n.º 4/89/M, de 15 de Fevereiro, e demais legislação regional e geral aplicável.

4 — O pessoal dirigente é provido de acordo com o estabelecido no Decreto-Lei n.º 323/89, de 26 de Setembro, com as adaptações introduzidas pelo Decreto Legislativo Regional n.º 8/91/M, de 18 de Março.

5 — O pessoal de informática é recrutado e provido nos termos do Decreto-Lei n.º 110-A/80, de 10 de Março, aplicado à Região Autónoma da Madeira pelo Decreto Regulamentar Regional n.º 9/82/M, de 2 de Junho, do Decreto-Lei n.º 23/91, de 11 de Janeiro, e do Decreto-Lei n.º 353-A/89, de 16 de Outubro, aplicado à Região Autónoma da Madeira pelo Decreto Regulamentar Regional n.º 8/91/M, de 6 de Maio, e demais legislação complementar.

Artigo 20.º

Nomeação e exoneração dos membros do Gabinete

1 — Os membros do Gabinete são livremente nomeados e exonerados pelo Secretário Regional, cessando funções com a exoneração deste.

2 — Os membros do Gabinete consideram-se, para todos os efeitos, em exercício de funções a partir da data do despacho de nomeação, com dispensa do visto do Tribunal de Contas e independentemente da publicação no *Diário da República* ou no *Jornal Oficial* da Região Autónoma da Madeira.

Artigo 21.º

Legislação subsidiariamente aplicável aos membros do Gabinete

Os membros do Gabinete regem-se, em tudo o que não estiver especificamente regulado no presente diploma, pela legislação específica regional e, subsidiariamente, pelo Decreto-Lei n.º 262/88, de 23 de Julho, que regula o regime, a composição e a orgânica dos gabinetes ministeriais, pelo Decreto-Lei n.º 25/88, de 30 de Janeiro, que define o regime remuneratório do pessoal nomeado de gabinetes, e demais legislação aplicável.

CAPÍTULO IV

Disposições finais e transitórias

Artigo 22.º

Provimento

O primeiro provimento em lugares do quadro de pessoal do Gabinete far-se-á nos termos do disposto no artigo 13.º do Decreto Regulamentar Regional n.º 1/93/M, de 7 de Janeiro, que regula as bases orgânicas da Secretaria Regional de Agricultura, Florestas e Pescas.

Artigo 23.º

Legislação subsidiária

Em matéria de regime retributivo, e em tudo o que não estiver especialmente regulado no presente diploma, aplica-se, subsidiariamente, o Decreto-Lei n.º 353-A/89, de 16 de Outubro, e demais legislação complementar.

Artigo 24.º

Entrada em vigor

O presente diploma entra em vigor no dia seguinte ao da sua publicação.

Aprovado em Conselho do Governo Regional em 29 de Abril de 1993.

O Presidente do Governo Regional, em exercício,
Manuel Jorge Bazenga Marques.

Assinado em 20 de Maio de 1993.

Publique-se.

O Ministro da República para a Região Autónoma da Madeira, *Artur Aurélio Teixeira Rodrigues Consolado.*

Grupo de pessoal	Qualificação profissional — Área funcional	Carreira	Categoria	Número de lugares	Lugares a extinguir	Escalaões								
						1	2	3	4	5	6	7	8	
Pessoal de chefia	Coordenação e chefia na área administrativa	Pessoal de chefia	Chefe de repartição	3	—	440	450	465	485	510	535	—	—	—
			Chefe de secção	7	—	300	310	330	350	—	—	—	—	—
	Execução e processamento de tarefas relativamente a uma ou mais áreas de actividade funcional (administração de pessoal, patrimonial, financeira, expediente, informática, arquivo e dactilografia).	Oficial administrativo	Oficial administrativo principal	8	—	245	255	265	280	295	—	—	—	—
			Primeiro-oficial	25	—	220	230	240	250	260	270	—	—	—
			Segundo-oficial	25	—	200	210	220	230	240	250	—	—	—
			Terceiro-oficial	25	—	180	190	200	215	225	—	—	—	—
Pessoal operário qualificado	Execução de tarefas de conservação de edifícios	Operário qualificado	Pintor principal	1	—	180	185	190	200	210	225	—	—	—
			Pintor	—	—	125	135	145	155	165	180	195	210	—
	Coordenação das tarefas atribuídas ao pessoal auxiliar.	—	Encarregado de pessoal auxiliar	3	—	200	205	210	215	—	—	—	—	—
	Recepção e encaminhamento de chamadas telefónicas.	—	Telefonista	6	—	115	125	135	150	165	180	195	215	—
	Vigilância e defesa nocturna das instalações	—	Guarda-nocturno	6	—	115	125	135	145	155	170	185	200	—
	Condução e conservação de viaturas ligeiras	—	Motorista de ligeiros	5	—	125	135	145	160	175	190	205	220	—
Pessoal auxiliar	Vigilância das instalações e acompanhamento de visitantes. Distribuição do expediente e execução de outras tarefas que lhe sejam determinadas.	—	Auxiliar administrativo	23	—	110	120	130	140	155	170	185	200	—
	Executar, a partir de instruções precisas, tarefas de apoio ao pessoal administrativo.	—	Auxiliar técnico administrativo	1	—	100	110	120	130	140	150	160	170	—
	Limpeza e arrumação das instalações	—	Auxiliar de limpeza	4	—	100	110	120	130	140	150	160	170	—

(a) Remunerações de acordo com a legislação especial em vigor.

(b) O constante no artigo 4.º da Portaria n.º 773/91, de 7 de Agosto.



DIÁRIO DA REPÚBLICA

Depósito legal n.º 8814/85
ISSN 0870-9963



INCM

AVISO

Por ordem superior e para constar, comunica-se que não serão aceites quaisquer originais destinados ao *Diário da República* desde que não tragam aposta a competente ordem de publicação, assinada e autenticada com selo branco.



PORTE
PAGO

1 — Preço de página para venda avulso, 6\$50+IVA; preço por linha de anúncio, 203\$+IVA.

2 — Os prazos de reclamação de faltas do *Diário da República* para o continente e regiões autónomas e estrangeiro são, respectivamente, de 30 e 90 dias à data da sua publicação.

PREÇO DESTE NÚMERO 55\$00 (IVA INCLuíDO 5%)

IMPRESA NACIONAL-CASA DA MOEDA, E. P.

LOCAIS DE VENDA DE PUBLICAÇÕES, IMPRESSOS E ESPÉCIMES NUMISMÁTICOS

- Rua de D. Francisco Manuel de Melo, 5
1092 Lisboa Codex
- Rua da Escola Politécnica
1200 Lisboa
- Rua do Marquês de Sá da Bandeira, 16
1000 Lisboa
- Avenida de António José de Almeida
1000 Lisboa
(Centro Comercial S. João de Deus, lojas 414 e 417)
- Avenida do Engenheiro Duarte Pacheco
1000 Lisboa
(Centro Comercial das Amoreiras, loja 2112)
- Praça de Guilherme Gomes Fernandes, 84
4000 Porto
- Avenida de Fernão de Magalhães, 486
3000 Coimbra

Toda a correspondência, quer oficial, quer relativa a anúncios e a assinaturas do «Diário da República» e do «Diário da Assembleia da República», deve ser dirigida a administração da Imprensa Nacional-Casa da Moeda, E. P., Rua de D. Francisco Manuel de Melo, 5 - 1092 Lisboa Codex